

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 20260005/COGERH – REGIDO PELA LEI FEDERAL  
13.303/2016**

Processo NUP nº 29012.002536/2026-50

UASG: 943001

Número Comprasnet: **97007/2026**

A Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH, por intermédio da Comissão de Contratação 02, designada pelos Decretos Estaduais nº 36.117, de 17 de julho de 2024 e nº 36.446, de 19 de fevereiro de 2025, por ato do Governador do Estado, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na forma eletrônica.

**1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA**

1.1. O Critério de julgamento será o de **Melhor Combinação de Técnica e Preço** por item, conforme critérios constantes no Termo de Referência.

1.2. Será adotado o modo de disputa **fechado**, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

1.3. Não haverá a etapa de lances.

**2. DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA**

2.1. O regime de execução indireta se dará por **Empreitada Preço global**.

**3. DA BASE LEGAL**

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e suas alterações; Lei Estadual nº 18.417, de 11 de julho de 2023; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008, Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014, Decreto Estadual nº 32.718, de 15 de junho de 2018 e suas alterações, Decreto Estadual nº 35.726, de 30 de outubro de 2023, Portaria PGE/GAB nº 36, de 8 de março de 2024, Regulamento de Licitações e Contratos da contratante, demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

**4. DO OBJETO**

4.1. O objeto da licitação é a prestação dos serviços de consultoria técnica para elaboração de estudo quantitativo dos aquíferos presentes no município de Icapuí, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

**5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

5.1. Este edital está disponível gratuitamente nos sítios [www.portalcompras.ce.gov.br](http://www.portalcompras.ce.gov.br) e <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Comprasnet, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, pela Comissão de Contratação 02.

5.3. A audiência requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações, da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada conforme disposto na Portaria/PGE nº 38/2022, publicada na pg. 18 do DOE de 17/03/2022.

5.4. A Comissão de Contratação atende pelo telefone de nº (85) 31259394 e pelo e-mail: [cel02@pge.ce.gov.br](mailto:cel02@pge.ce.gov.br).

## **6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME**

I. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **17/06/2026.**

II. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **19/08/2026, às 10 h.**

III. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **19/08/2026, às 10 h.**

6.1. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.2. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

## **7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES**

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP. 60811- 520, CNPJ nº 06.622.070/0001-68.

7.2. Horário de expediente da Central de Licitações: das 8h às 12h e das 14h às 18h.

## **8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

8.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios, fonte 701.

## **9. DA PARTICIPAÇÃO**

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas(PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP- Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas de consumo conforme do art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 34 da Lei nº 11.488/2007, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

9.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**9.5. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela entidade demandante**

**da licitação, a empresa:**

- I. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da entidade demandante da licitação;
- II. Suspensa pela entidade demandante da licitação;
- III. Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pelo Estado do Ceará, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- IV. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- V. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- VI. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VII. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VIII. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

**9.5.1. Aplica-se a vedação prevista neste item 9.5:**

- I. à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- II. a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
  - a. Dirigente da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH;
  - b. Empregado da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH, cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
  - c. Autoridade do ente público a que a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH esteja vinculada;
- III. Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH há menos de 6 (seis) meses;

**9.5.2. Ainda estão impedidos de licitar e contratar:**

- I - Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;
- II - Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação;
- III- Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- IV- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- V- Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- VI- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- VII- Consórcio, qualquer que seja sua constituição, conforme justificativa constituída nos autos, conforme legislação vigente.

**10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 10.1. O presente instrumento convocatório, conforme disposto no art. 47 do Decreto nº 32.718/2018,

poderá ser impugnado, motivadamente, por qualquer pessoa física ou jurídica até o 5º (quinto) dia útil anterior à data fixada para o acolhimento das propostas.

10.2. A Comissão de Contratação deverá processar, julgar e decidir a impugnação interposta em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para o acolhimento das propostas.

10.3. Julgada a impugnação, conforme previsto no § 2º do art. 47 supracitado, a Comissão de Contratação deverá:

I. Republicar, quando procedente, o aviso da licitação pela mesma forma que se deu o texto original, devolvendo o prazo de publicidade inicialmente definido, exceto se a alteração não comprometer a formulação das propostas;

II. Comunicar a decisão da impugnação a todos os licitantes, passando a integrar a instrução processual

10.4. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 10.2, a Comissão de Contratação poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

10.5. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.6. As impugnações interpostas fora do prazo não serão conhecidas.

10.7. Até o 5º (quinto) dia útil anterior à data fixada para a sessão pública da disputa eletrônica, conforme disposto no art. 48 do Decreto 32.718/2018, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos acerca da licitação, que deverão ser respondidos pela Comissão de Contratação em até 1 (um) dia útil anterior à data fixada para o acolhimento das propostas eletrônicas.

10.8. As respostas dadas aos esclarecimentos serão comunicadas a todos os interessados e passam a integrar a instrução processual.

10.9. Na impossibilidade de resposta aos pedidos de esclarecimentos até a data fixada para o acolhimento das propostas eletrônicas, e comprovado que o esclarecimento resultará na alteração da formulação da proposta será dado cumprimento ao previsto no inciso I do item 10.3 deste edital.

10.10. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [cel02@pge.ce.gov.br](mailto:cel02@pge.ce.gov.br), até as 23h59min, com a informação do nº do procedimento, a entidade promotora da licitação e a Comissão de Contratação responsável.

10.11. As decisões de impugnações e esclarecimentos, por parte da Comissão de Contratação serão assistidas pelas áreas responsáveis da entidade demandante mediante parecer técnico ou jurídico, conforme disposto no art. 49 do Decreto Estadual nº 32.718/2018.

10.12. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.13. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão de Contratação, nos autos do processo de licitação.

10.14. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

## **11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.284.666,67 (um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta sete centavos), conforme os custos unitários apostos na tabela constante do item 2 do Anexo I – Termo de Referência.

11.2. Os riscos a serem suportados pelo contratante e contratado se encontram descritos no subitem Anexo I - Termo de Referência, da Matriz de Risco.

## **12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento.

12.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

12.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos e empregos para as pessoas portadoras de deficiência, conforme disposto no art. 37, VIII da Constituição Federal e em outras normas específicas;

12.3.4.1. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargo poderá se dar da seguinte forma:

I – Realização de processos seletivos;

II – Divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;

III – Programas de inclusão promovidos pela licitante;

IV – Parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subitem.

12.3.4.2. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o subitem 12.3.4.

12.3.5. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

12.4. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

12.5. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa

12.6. A falsidade das declarações de que tratam os itens 12.3.1 ao 12.3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital;

12.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase de apresentação de propostas.

12.8. Após o julgamento das propostas, o licitante vencedor deverá enviar no prazo de 24 (vinte e



quatro) horas contado da convocação da Comissão, os documentos de habilitação.

12.9. Aberta a sessão pública, não será permitida a substituição das propostas e documentos de habilitação ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência. Permitido ainda, a atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data prevista para o recebimento. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação.

12.9.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

12.9.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pela Comissão de Contratação, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.9.3. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, não implicará a desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete a Comissão de Contratação mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no subitem 12.8 para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

### **13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os requisitos previstos no Termo de Referência.

13.1.1. O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema.

13.2. O não preenchimento correto dos campos ensejará a desclassificação do licitante.

13.3. Os preços deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.6. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

13.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato

cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

#### **14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

14.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta técnica e a proposta de preços, anteriormente inseridas no sistema, até a abertura da sessão pública.

14.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Comissão e os licitantes.

14.4. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas técnicas e as propostas de preços, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

14.5. Iniciada a sessão pública, a Comissão informará no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos deste edital.

14.5.1. Eventual postergação do prazo a que se refere este subitem deve ser comunicada tempestivamente pela Comissão, via sistema.

14.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.7. O licitante concorrerá com o valor de sua última proposta apresentada até a abertura da sessão pública.

14.8. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

14.9. Para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.9.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.9.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.9.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação,

para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.9.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.10. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 55 da Lei nº 13.303/2016, nesta ordem:

14.10.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

14.10.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 13.303/2016;

14.10.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comprovado mediante a apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 ou por quaisquer outros selos que representem ações de equidade entre homens e mulheres, criados pelos Estados e/ou Distrito Federal.

14.10.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado ou, em sua ausência, pela Controladoria-Geral da União para as empresas privadas.

14.11. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.11.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.11.2. Empresas brasileiras;

14.11.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.11.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.12. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata a lei, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, via sistema Compras.gov.br, conforme Acórdão TCU nº 723/2024-Plenário.

14.12.1. Na impossibilidade do sorteio via sistema Compras.gov.br, serão adotadas as seguintes providências, a serem realizadas em ato público:

I – Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo;

II – A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio;

III – O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.13. Encerrado o prazo estabelecido, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

14.13.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



14.13.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.13.3. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

14.14. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

14.15. A Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado para no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável uma vez por igual período na forma do art. 49 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, enviar a proposta adequada à negociação realizada.

14.16. O prazo de validade da proposta readequada não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

## **15. DA FASE DE JULGAMENTO**

15.1. Encerrada a etapa de negociação, a Comissão de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 38 da Lei Federal nº 13.303/2016, legislação correlata e no subitem 9.5 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF);

II. Certificado de Registro Cadastral(CRC)CE.

III. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas(CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV. Cadastro Nacional de Empresas Punidas(CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

15.1.1. A consulta no CNEP, quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

15.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa apontada no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

15.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

15.5. As decisões da Comissão de Licitação se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no subitem 10.11, deste edital.

15.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Comissão de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no neste edital.

15.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem

anterior.

15.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Comissão de Contratação verificará se faz jus ao referido benefício.

15.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Comissão de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

**15.11. Será desclassificada a proposta que:**

15.11.1. Contenham vícios insanáveis;

15.11.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência.

15.11.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo ao definido para a contratação. No caso de agrupamento de itens, a proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração.

15.11.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

15.11.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável;

15.12. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

15.13. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

15.14. É indício de inexequibilidade das propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

15.15. O órgão ou entidade demandante poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no § 2º do art. 39 do Decreto Estadual nº 32.718/2018.

15.16. A análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

15.16.1. A caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

15.17. Para efeito de avaliação da exequibilidade, serão observados os seguintes critérios de aceitabilidade, conforme disposto no § 4º do art. 56 da Lei nº 13.303/2016:

I. Considera-se inexequível que a proposta que não demonstre, por meio de planilha, sua viabilidade por meio de custos de insumos e encargos compatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos tributos e da margem de lucro, conforme o Art. 56, caput, da Lei nº 13.303/2016.

II. A COGERH considerará como indício de inexequibilidade as propostas de preço que apresentarem valores globais manifestamente inferiores aos custos de mercado apurados no orçamento de referência da contratação, ou que demonstrem inconsistências graves em sua composição, demandando comprovação de sua viabilidade.

15.18. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

15.19. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e condições previstas no *Anexo I – Termo de Referência*.

15.20. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela *banca designada*.

15.21. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NPT), de acordo com os parâmetros definidos no *Anexo I – Termo de Referência*.

15.22. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas, a Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

15.23. Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NPP), de acordo com os parâmetros definidos no *Anexo I – Termo de Referência*.

15.24. Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final dos licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com os parâmetros definidos no *Anexo I – Termo de Referência*.

15.25. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 14.5 e 14.5.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante.

## **16. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

16.1. Os documentos previstos no subitem 12 do Anexo I – Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, a partir dos parâmetros estabelecidos no art. 58 da Lei Federal nº 13.303/2016.

16.2. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

16.3. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

16.4. A verificação pela Comissão de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Comissão de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

16.6. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, a Comissão de Contratação reputará o licitante inabilitado.

16.7. Os documentos deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

16.8. O documento obtido através de *sítios* oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pela Comissão de Contratação.

16.9. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou

regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

## **17. DOS RECURSOS**

17.1. As razões de recursos deverão ser apresentadas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a habilitação e contemplação, além dos atos praticados nessa fase, aqueles praticados em decorrência do julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, conforme § 1º do art. 59 da Lei nº 13.303/2016.

17.1.1. Igual prazo será concedido para a apresentação das contrarrazões que começará a contar do término do prazo do recorrente.

17.2. O recurso, conforme art. 43 do Decreto Estadual nº 32.718/2018, será dirigido em campo próprio do sistema, à Comissão de Contratação que praticou o ato recorrido, a qual apreciará sua admissibilidade, cabendo-lhe reconsiderar ou não sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis e fazê-lo subir à segunda instância administrativa, devendo a decisão final ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis.

17.3. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

17.4. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, conforme art. 44 do Decreto Estadual nº 32.718/2018.

17.5. As decisões de recursos, por parte da Comissão de Contratação serão assistidas pelas áreas responsáveis da entidade demandante, conforme disposto no art. 49 do Decreto supramencionado.

17.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber e na Central de Licitações no endereço constante no subitem 7.1 deste edital.

## **18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

18.1. Comete infração administrativa, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão de Contratação durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;

18.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

18.1.3. Não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.5. Fraudar a licitação;

18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.2. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

18.3. Na aplicação das sanções conforme disposto no art. 55 do Decreto nº 32.718/2016, deverão ser consideradas as seguintes condições:

I. Razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;

II. Danos resultantes da infração;

III. Situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;

IV. Reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza; e

V. Outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em face do caso concreto.

18.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

18.5. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.5.1. Para as infrações previstas nos incisos I, II e III do item 18.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato licitado.

18.5.2. Para as infrações previstas nos incisos IV, V, VI, VII e VIII do mesmo item, a multa será de 15 % (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

18.6. As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos, poderão ser aplicadas juntamente a da multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme §2º do art. 83 da Lei nº 13.303/2016.

18.7. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos, será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos incisos I, II e III do item 18.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

18.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem III do supracitado inciso, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor da entidade promotora da licitação.

18.9. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá ao disposto no art. 70 da Lei Federal nº 13.303/2016.

18.10. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome da contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.



## **19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

## **20. DA CONTRATAÇÃO**

20.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

20.2. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.3. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital e anexo, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, bem como a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, conforme inciso I do art. 25 do Decreto nº 35.322/2023 e, quando for o caso, o comprovante do recolhimento da garantia de execução, conforme estabelecido no item 6.2, do Termo de Referência.

20.3. Na hipótese de sociedades Empresárias Estrangeiras, estas deverão apresentar, conforme o caso, o registro perante a entidade profissional competente no Brasil, no momento da contratação.

20.4. Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta no Banco do Brasil.

20.5. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital e anexo, ou se recusar a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pela Comissão de Contratação, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

20.6. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, sanções, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas, conforme o caso nos Anexos I e III – Termo de Referência e Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste edital.

## **20.7. Da Subcontratação**

20.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da devida justificativa exposta nos autos do processo, conforme Acórdão 2450/2025-TCU-Plenário.

## **20.8. Da Garantia contratual**

20.8.1. Será exigida garantia contratual nos termos e prazos estabelecidos no subitem 6.2 do Termo de Referência. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se

vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

21.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.5.1. Erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, serão sanados pela Comissão mediante decisão em despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme inciso VIII do art. 24, o § 4º do art. 75 e o inciso V do art. 98, todos do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

21.5.2. Considera-se, dentre outros, erro no preenchimento da proposta, passível de correção, os erros aritméticos, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

21.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.7. É facultada a Comissão de Contratação ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

21.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pela Comissão de Contratação ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

21.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

21.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Contratação, nos termos da legislação pertinente.

21.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

21.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Carta Proposta

ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato

Fortaleza/CE, 08 de junho de 2026

Yuri Castro de Oliveira  
Ordenador de Despesas / Diretor-Presidente da COGERH

Aprovado:  
Assessoria Jurídica/COGERH

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 29012.002536/2026-50

UNIDADE REQUISITANTE: Gerência de Estudos e Projetos (GEPRO/COGERH)

### 1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO QUALIQUANTITATIVO DOS AQUÍFEROS PRESENTES NO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ ESTADO DO CEARÁ, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

1.2. Este objeto será realizado na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento por MELHOR COMBINAÇÃO DE TÉCNICA E PREÇO, sob regime de execução indireta EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

### 2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

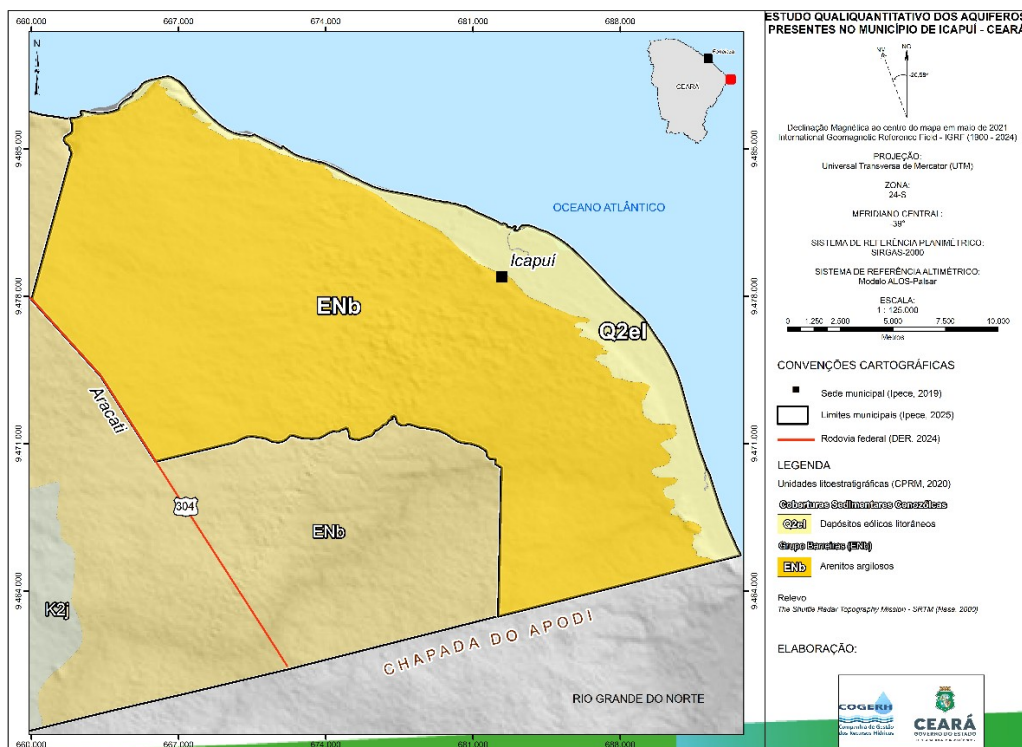
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR GLOBAL
1.	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO QUALIQUANTITATIVO DOS AQUÍFEROS PRESENTES NO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ ESTADO DO CEARÁ	SERVIÇO	1	1.284.666,67

2.1. Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.

#### 2.2. Especificações Detalhadas

2.2.1. A área de estudo corresponde a delimitação do município de Icapuí com 421,44 km<sup>2</sup>, segundo IBGE, 2024 (Figura 1).

Figura 1: Mapa de localização da área de estudo, município de Icapui, Ce.



### 2.2.2. Cadastramento de Poços

Essa atividade consiste em cadastrar **700 (setecentos)** poços na área de estudo, levantando as seguintes informações:

- Município e Localidade;
- Proprietário;
- Finalidade de uso (agricultura, indústria, abastecimento humano, complexos turísticos);
- Vazão;
- Regime de bombeamento (horas/dia; dia/semana; meses/ano);
- Profundidade;
- NE e ND;
- Diâmetro de perfuração;
- Tipo de equipamento instalado para bombeamento;
- Tipo de aquífero (intersticial livre ou confinado, fissural, etc);
- Código de recenseamento da CPRM impresso no poço; (quando existir);
- Existência de linha de transmissão de energia elétrica, sua distância ao poço e tensão (ex: 220V, 380V);
- Situação atual de uso/desuso (motivo do desuso e tempo respectivo);
- Regularização de uso (outorga sim/não).

Em todos os poços que forem cadastrados deverão ser medidos, em campo, utilizando sonda multiparamétrica, as seguintes variáveis: pH, temperatura (°C), condutividade elétrica (MS/cm), e

sólidos totais dissolvidos (mg/L). Ao realizar essas medidas, antes deverão ser medidos os níveis estáticos (NE) e/ou dinâmicos (ND) dos poços.

As informações levantadas em campo deverão constar em uma ficha cadastral, cujo modelo está anexo a este TR (Anexo 01).

Todos os poços cadastrados deverão ser georreferenciados e registrados com fotos, para tanto será necessário à utilização de GPS e equipamento de registro fotográfico. Os dados de todos os poços cadastrados deverão ser entregues em tabelas Excel e em arquivos no formato *shapefile* (*shp*), georreferenciados no sistema de coordenadas *Universal Transversa de Mercator* - UTM em relação ao *Datum* SIRGAS-2000. E todas as fichas originais de campo dos poços cadastrados devem ser entregues obrigatoriamente a contratante.

O relatório de cadastramento deverá ser entregue num único produto com todos os dados levantados, tabelas, fotografias (cada um dos pontos), tratamento e interpretação estatística. Os custos desse produto devem constar no valor atribuído ao cadastramento. A entrega do relatório deve ser em arquivos pdf e editáveis (word e excel), também deverão ser entregues as fichas de campo originais.

#### 2.2.3. Levantamento Planialtimétrico

Esta etapa tem por finalidade determinar o sentido do fluxo da água na área, considerando um número de **100 poços** onde se obtenha uma maior representatividade da região em estudo, selecionados em comum acordo com Cogerh. Serão levantadas as cotas dos poços com GPS geodésico e deverá ser feita a medida dos níveis estáticos quando da execução do levantamento planialtimétrico, como também a medida das alturas de boca de todos os poços levantados. Na ocasião das medições de níveis deverão ser realizadas, também, medições de pH, CE, STD e temperatura, através de sonda multiparâmetros.

O relatório de levantamento planialtimétrico deverá ser entregue num único produto com todos os dados levantados em campo, metodologia empregada, tabelas, fotografias, tratamento e interpretação estatística. Os custos desse produto devem constar no valor atribuído ao levantamento. A entrega do relatório deve ser em arquivos pdf e editáveis (word e excel).

#### 2.2.4. Investigação Geofísica

Esta etapa tem por finalidade determinar as espessuras e os volumes das camadas sedimentares, com base nos dados geoeletricos. Para a realização do levantamento geofísico da área será empregado o Método de Eletorresistividade com a finalidade de classificar as sequências sedimentares com relação às suas propriedades geoeletricas, identificando-se, em campo, os valores das resistividades aparentes das camadas atravessadas. A técnica de eletorresistividade a ser aplicada em campo será a **Sondagem Elétrica Vertical – SEV**, cujo objetivo é determinar as variações verticais de resistividade por meio das diferentes camadas atravessadas pela corrente elétrica. Neste estudo, a quantidade empregada de sondagens será no mínimo **25 (vinte e cinco)**. Os locais a serem realizados os levantamentos serão selecionados pela equipe técnica da Gepro/Cogerh. A prospecção geofísica através do método de eletorresistividade com aplicação da técnica de exploração vertical (sondagem elétrica) deve alcançar profundidades até atingir o embasamento cristalino. Durante a realização das medições de resistividade, deverão ser efetuadas duas medidas em cada estação de leitura, sendo que essas medições para serem consideradas válidas, não poderão apresentar resultados que difiram em mais que 5%.

Para a realização desses serviços a empresa deverá utilizar os seguintes equipamentos:

- Eletorresistímetro com transmissor de corrente de capacidade de injeção compatível para investigar as litologias atravessadas de maneira que possa injetar corrente suficiente para receptor uma diferença de potencial mínima de 5mV, evitando possíveis ruídos. Como



acessórios mínimos: 4 bobinas de fiação flexível 1,5mm<sup>2</sup> com extensão de 1000m cada, 6 eletrodos A-B de aço inoxidável maciço de 1,2m de comprimento e 6 eletrodos M-N metálicos ou não polarizáveis e bateria (12V) como fonte de carga elétrica.

- Notebook para cálculo das resistividades aparentes e construção das curvas em tempo real, para permitir o acompanhamento e entendimento das variações das resistividades e retificações e/ou ratificações de leituras.

O relatório da investigação geofísica deverá ser entregue num único produto com todos os dados levantados em campo, metodologia empregada, tabelas, curvas, tratamento e interpretação estatística, fotografias, além dos modelos propostos em 2D/3D. Os custos desse produto devem constar no valor atribuído as sondagens elétricas. A entrega do relatório deve ser em arquivos pdf e editáveis (word e excel).

#### 2.2.5. Caracterização qualitativa

Os pontos a serem analisados serão selecionados entre os poços cadastrados na área de estudo, conjuntamente com a COGERH, e serão realizadas coletas de água em **três campanhas, sendo nos períodos seco, intermediário e chuvoso**.

A realização das análises deve seguir as normas padronizadas pelo *Standard Methods* e o Guia Nacional de Coletas e Preservação de Amostras (2011) para coleta, preservação e transporte de amostras, de modo que estas sejam o mais representativo possível das condições naturais de ocorrência das águas subterrâneas.

Os pontos de coletas deverão ser georreferenciados e registrados com fotos, para tanto será necessário à utilização de GPS e equipamento de registro fotográfico. Os dados de todos os poços envolvidos na pesquisa deverão ser entregues em tabelas Excel e em arquivos no formato *shapefile* (*shp*), georreferenciados no sistema de coordenadas *Universal Transversa de Mercator* - UTM em relação ao *Datum* SIRGAS-2000.

Para a coleta de amostras de água em poços deve ser realizado um bombeamento por no mínimo 10 minutos para evitar amostras estagnadas e/ou contaminadas, não representativas dos aquíferos.

A coleta e envio das amostras aos laboratórios será de responsabilidade da CONTRATADA, com acompanhamento técnico da Cogehrh quando a contratante achar necessário, e em período acertado conjuntamente entre contratada e contratante.

Durante as campanhas de coleta os poços deverão ser medidos, em campo, utilizando sonda multiparâmetros, as variáveis: pH, temperatura (°C), condutividade elétrica (MS/cm), e sólidos totais dissolvidos (mg/L). Ao realizar essas medidas, antes deverão ser medidos os níveis estáticos (NE) e/ou dinâmicos (ND) dos poços.

**No custo unitário das análises deverão estar inclusos todo material: frascos, gelex, isopor, bailers e outros, que possam ser necessários para a devida realização da coleta e transporte das amostras de água dos poços. A CONTRATADA deverá acordar com a Cogehrh o laboratório onde serão realizadas as análises previstas neste documento.**

##### 2.2.5.1. Avaliação da qualidade físico-químico e bacteriológica

**Para as análises físico-químicas** serão realizadas três campanhas em 50 poços, que serão selecionados dentre os 100 poços que compõem o levantamento planialtimétrico. Serão coletadas 50 (cinquenta) amostras de água em cada um dos períodos (seco, intermediário e chuvoso), totalizando 150 (cento e cinquenta) amostras para análises físico-químicas.

**As análises bacteriológicas** ocorrerão da mesma forma: 50 (cinquenta) amostras de água em cada um dos períodos (seco, intermediário e chuvoso), totalizando 150 (cento e cinquenta) amostras para análises bacteriológicas quantitativas (Coliformes Totais e *Escherichia Coli*).

Todas as datas das campanhas de coletas devem ser previamente informadas à Cogeh e a seleção dos poços para as coletas devem ser selecionados conjuntamente entre a contratada e a contratante.

As análises físico-químicas deverão contemplar as seguintes variáveis: **turbidez, cor aparente, cálcio, sódio, magnésio, manganês, potássio, ferro total, cloreto, sulfato, bicarbonato, carbonato, nitrogênio amoniacal, nitrato, nitrito e alcalinidades (devido a bicarbonato, carbonato e hidróxido).**

Para as análises bacteriológicas serão considerados coliformes totais e *Escherichia coli* (NMP/100 ml), **análise de contagem**. Estas deverão ser coletadas e analisadas em primeiro lugar, antes de qualquer outra coleta e análise.

Para as análises dos compostos nitrogenados (**nitrato, nitrito e nitrogênio amoniacal**), **cor aparente, turbidez, alcalinidade, coliformes totais e *Escherichia coli***, a empresa CONTRATADA deverá realizá-las na região mais próxima da área do estudo, levando-se em conta que essas variáveis têm no máximo um dia, entre coleta e análise, sem alterações. Todas deverão ser refrigeradas. As análises de coliformes totais e *Escherichia Coli* **deverão ser realizadas para obter o número mais provável (NMP) em 100 ml de água.**

Os laudos das análises físico-químicas e bacteriológicas deverão conter, no mínimo:

- Data e hora da coleta e da entrada das amostras no laboratório;
- Código do laudo;
- Indicação da amostra e os resultados de campo, que constarem na ficha de campo correlata;
- Limites de quantificação dos métodos;
- Resultado das análises;
- Data da análise;
- Indicação do método da análise, e;
- Assinatura do responsável com número de registro do CRQ.

#### 2.2.6. Relatórios da Caracterização Qualitativa das Águas Subterrâneas.

Esta etapa se refere à consistência das análises físicas, químicas e bacteriológicas (*Escherichia coli* e coliformes totais). A consistência das informações é de fundamental importância para que haja uma confiabilidade na interpretação dos dados e, conseqüentemente, para as conclusões e resultados esperados. Portanto, esta etapa do estudo deverá ser executada com rigoroso critério para não induzir erros nas conclusões e produtos gerados.

Os resultados das análises serão comparados aos valores indicados pela Resolução Conama n.º 396, de 03 de abril de 2008, de acordo com os usos (consumo humano, animal, recreação e irrigação).

No final, serão entregues a COGERH, todos os resultados de análises (fichas originais) realizadas pelos laboratórios, com a identificação dos pontos coletados. A entrega dos relatórios de qualidade e seus anexos deverá ser em arquivos pdf e editáveis (word e excel). As fichas de campo originais também deverão ser entregues.

Uma apreciação estatística deverá ser desenvolvida correlacionando os resultados das análises, visando à elaboração de mapas temáticos, como zoneamento da qualidade das águas (sólidos totais dissolvidos, bicarbonato, sódio, nitrato, entre outros a depender dos resultados das análises). Como também ilustrações (gráficos, hidrogramas) da classificação dessas águas, para consumo humano,

animal, irrigação e recreação, como o diagrama de PIPER (quimicamente) e/ou tabelas de classificações.

Em todos os relatórios relativos à qualidade de água deverá ser calculado o erro relativo (balanço iônico) às medidas dos elementos principais, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Erro (\%)} = \frac{(r \sum \text{ânions} - r \sum \text{Cátions})}{(r \sum \text{ânions} + r \sum \text{Cátions})} \times 100$$

Onde:  $r \sum$  = concentração total em miliequivalente por litro (meq/L).

O valor limite aceitável para o Erro (%) deverá ser conforme o indicado a seguir:

$\sum$ cátions ou $\sum$ ânions (meq)	1	2	6	14	30
Erro (%)	10	6	4	3	2

#### 2.2.7. Balanço hídrico e avaliação das reservas renováveis, potencialidade e disponibilidade

A elaboração do balanço hídrico tem como objetivo quantificar a água em uma dada região, contemplando o equilíbrio entre entradas e saídas do sistema. O resultado do balanço mostra a variação mensal do volume de água presente nos aquíferos, considerando-se os dados de temperatura e precipitação em séries históricas registradas nas diversas estações meteorológicas implantadas.

Para os estudos referentes ao projeto em apreço, o balanço hídrico tem o objetivo de auxiliar na determinação da recarga do aquífero, estimando suas reservas e condições de circulação, de modo a orientar na tomada de decisões quanto à exploração sustentável das águas armazenadas.

A atividade de cálculo de balanço hídrico será desenvolvida utilizando vários métodos, a serem propostos e discutidos com técnicos da Cogeh. Dentre os métodos, destaca-se a utilização do método de Thornthwaite, análise de recessões, fórmulas empíricas e variações sazonais do nível d'água (carga hidráulica).

O conhecimento hidrodinâmico do aquífero local é muito importante para quantificar as reservas renováveis, possibilitando o conhecimento da real situação de exploração desse manancial, garantindo uma retirada sustentável, auxiliando na aplicação dos instrumentos de gestão na área objeto.

##### 2.2.7.1. Avaliação das Reservas Renováveis, Potencialidade e Disponibilidade

No âmbito da área de estudo deverão ser calculadas as reservas renováveis, a potencialidade e a disponibilidade hídrica dos aquíferos estudados. As reservas renováveis correspondem àquelas passíveis de sofrerem variações sazonais, geralmente definidas em função da variação anual. A potencialidade, em m<sup>3</sup>/ano, é definida como o volume hídrico que pode ser utilizado anualmente, com descarga constante, durante um determinado período de tempo. A disponibilidade é definida como o volume de água extraído anualmente do aquífero através das obras existentes, considerando os regimes de exploração adotados pelos usuários e registrados no cadastro de poços.

##### 2.2.7.2. Mapa de Uso e Ocupação do Solo

Com base nos dados levantados em campo, deverá ser elaborado mapa de uso e ocupação do solo e o estado da cobertura vegetal. Elaborar mapa de zoneamento onde será possível prever e controlar futuras perfurações e instalações de poços e delimitar zonas de maior vulnerabilidade, visando garantir

o mínimo de comprometimento da reserva e qualidade do aquífero.

#### 2.2.7.3. Mapas de Distribuição de Pontos d'Água

Deverá ser elaborado mapa de distribuição de todos os pontos d'água (poços e fontes de poluição) existentes na área de estudo, os quais deverão ser locados nas bases planialtimétricas na escala 1:50.000. Os poços deverão dispor de convenções apropriadas que indiquem número de ordem, profundidade, vazão ( $m^3/h$ ), nível estático (NE) e nível dinâmico (ND) e indicações quanto as suas condições de utilização (em operação, paralisado, abandonado), tendo em vista a permitir a seleção e distribuição dos pontos de monitoramento. Esse mapa dará uma visão da distribuição espacial dos atuais usuários de água subterrânea, para fins de outorgas de obras ou serviços hídricos e de direito de uso, pelo órgão gestor, como também, identificando os outorgados. Essas informações deverão constar em arquivos de extensão kmz, shp, bln e grd.

#### 2.2.7.4. Mapa Potenciométrico

Com base nos 100 poços georreferenciados com GPS geodésico e nas medidas dos níveis estáticos, levantados em campo, deverá ser elaborado mapa potenciométrico do aquífero na escala 1:50.000. A seleção deverá considerar os pontos que apresentem coerência com o comportamento de escoamento regional, mostrando as direções e sentidos do fluxo subterrâneo.

#### 2.2.7.5. Mapa Geológico

Deverá ser elaborado mapa geológico na escala 1:25.000 focando a delimitação das unidades sedimentares das demais formações circundantes, com foco temático em hidrogeologia. Com objetivo de caracterizar os litotipos e definir zoneamento do potencial hídrico subterrâneo dessas formações, indicando as áreas de recarga, zona de transição e descarga. Como também apresentar áreas vulneráveis com relação a ação antrópica.

#### 2.2.8. Relatório do Diagnóstico final

A partir dos conhecimentos consolidados dos dados qualitativo e quantitativo, principalmente dos volumes explorados e regime de exploração identificado na área, deverá ser elaborado um relatório contendo uma caracterização do aquífero, apresentando cenários de exploração para 10, 20 e 30 anos, de forma que os níveis dinâmicos dos poços não ultrapassem um rebaixamento máximo preestabelecido, por exemplo, 30% da reserva saturada para aquífero livre. Ainda, nesta fase, a CONTRATADA, deverá apresentar a demanda da região estudada, inclusive a sazonalidade relacionada às culturas empregadas, considerando o abastecimento humano e demais usos que sejam preponderantes.

#### 2.2.9. Seminários de apresentação do projeto

A contratada deverá organizar dois seminários, em Fortaleza e Icapuí, sendo um no meio do estudo para apresentação dos resultados parciais e um ao final do projeto para apresentação dos resultados finais. A Contratada ficará responsável pela apresentação dos resultados a ser definido pela contratante.

### 2.3. Da Matriz de Risco

2.3.1. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado.

2.3.2. Constituem riscos a serem suportados pelo contratante:

I. Atraso na realização do cadastro de pontos d'água;

II. Execução deficiente dos levantamentos planialtimétricos e das campanhas de aferição de nível d'água;

III Execução deficiente das SEV's;

IV. Execução deficiente das coletas de água.

2.3.3. Constituem riscos a serem suportados pelo contratado:

I. Atraso nas entregas dos produtos iniciais;

II. Atraso na entrega do relatório de caracterização qualitativa;

III. Atraso na entrega do balanço hídrico final.

2.3.4. Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para o contratante e 50% (cinquenta por cento) para o contratado:

I. Execução deficiente ou atraso na entrega do relatório diagnóstico final;

II. Desequilíbrio financeiro do contrato

### **3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

3.1. O prazo de vigência do contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir de sua celebração, observando o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016.

3.2. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos arts. 72 e 81 da Lei Federal nº 13.303/2016 e conforme dispuser o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COGERH.

### **4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

4.1. O Estado do Ceará situa-se integralmente no semiárido brasileiro, região marcada por precipitações irregulares no tempo e no espaço, rios intermitentes e ocorrência recorrente de secas prolongadas. Essa variabilidade climática impacta diretamente a acumulação de água nos açudes, reduzindo a disponibilidade hídrica necessária para o atendimento de atividades essenciais, sobretudo em períodos críticos. Nesse contexto, o conhecimento das águas subterrâneas e de seus aquíferos torna-se um componente fundamental da segurança hídrica, especialmente em localidades onde a oferta superficial não atende de forma contínua às demandas da população e dos setores produtivos.

Ao longo dos últimos anos, a Cogerh realizou estudos qualiquantitativos importantes nos aquíferos da Bacia Sedimentar do Araripe, da Bacia Potiguar (Chapada do Apodi, porção Ceará) e do Sistema Dunas-Barreiras (Pecém ao Paracuru). Esses estudos contribuíram para a seleção de poços estratégicos, ampliação da rede de monitoramento e aprimoramento da compreensão hidrogeológica regional. A continuidade desse processo de investigação é essencial para ampliar o entendimento sobre o comportamento das águas subterrâneas no estado, especialmente nas áreas onde há crescente pressão sobre os aquíferos.

Nesse contexto, destaca-se a região costeira leste, caracterizada por um expressivo pacote sedimentar poroso, com elevada potencialidade de recarga hídrica, favorecida por uma precipitação média anual acima de 1.000 mm. O município de Icapuí, localizado nessa faixa costeira, apresenta intensa exploração de águas subterrâneas para abastecimento humano, atividades turísticas e aquícolas. Essa pressão sobre os recursos hídricos, somada ao avanço do nível relativo do mar, tem ocasionado episódios de salinização, evidenciando a urgência de um diagnóstico qualiquantitativo. A área de estudo abrange 421,44 km<sup>2</sup> (IBGE, 2024), situada na Região Hidrográfica do Baixo Jaguaribe, composta por sedimentos cenozoicos (dunas e Formação Barreiras) sobrepostos às rochas sedimentares mesozoicas do Grupo Apodi (Formações Açu e Jandaíra), formando um sistema aquífero de grande relevância hidrogeológica.

4.2. O objeto da contratação está previsto no plano de negócios e investimentos e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, definidos em regulamento interno.

### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**



5.1. Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem requisitos mínimos para sua satisfação conforme disposto a seguir:

- O objeto deverá seguir o detalhamento e as especificações contidos no Termo de Referência e anexos;
- As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinará o edital;
- A Contratada deverá ser especializada no ramo e possuir experiência comprovada na execução do serviço. Deverá ainda ser capaz de fornecer profissionais habilitados e capacitados, conforme a demanda;
- Não será permitido em nenhuma hipótese a subcontratação dos serviços previstos;
- Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, empregando todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- A CONTRATADA se responsabilizará por toda a execução dos trabalhos e deverá manter sempre em campo um geólogo/hidrogeólogo, devidamente habilitado pelo CREA.
- Com relação à avaliação qualitativa das águas, necessárias à sua caracterização, a empresa contratada deverá utilizar laboratório para realização das análises com certificação do INMETRO sob a norma NBR ISO/IEC 17.025 para todas as variáveis e o limite de quantificação praticável (LQP) de cada variável deve ser menor que o valor máximo permitido mencionado no Anexo I, da Resolução do CONAMA No 396, de 3 de abril de 2008, relativo ao uso preponderante para consumo humano.
- A realização das análises deve seguir as normas padronizadas pelo Standard Methods e o Guia Nacional de Coletas e Preservação de Amostras (2011) para coleta, preservação e transporte de amostras, de modo que estas sejam o mais representativo possível das condições naturais de ocorrência das águas subterrâneas.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **6.1. Subcontratação**

6.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.1.1.1. É vedada a subcontratação integral ou da parcela principal da obrigação.

### **6.2. Garantia contratual**

6.2.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes da Lei Federal nº 13.303/2016, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor contratual, que deverá ser prestada até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do contrato.

6.2.2. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

6.2.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 6.2.5, deste Termo.

6.2.4. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

6.2.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

6.2.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

III - Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

6.2.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 6.2.6, observada a legislação que rege a matéria.

6.2.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada com correção monetária em favor do contratante, em conta preferencialmente no Banco Brasil S.A, ou outro banco indicado pelo contratante.

6.2.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

6.2.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

6.2.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

6.2.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificado.

6.2.13. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.2.14. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.2.15. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

6.2.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

6.2.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

6.2.18. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo.

### **6.3. Sustentabilidade**

6.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

I – Respeitar a legislação relativa à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental e outros, conforme § 1º do art. 32 da Lei 13.303/2016

II – Garantir a conformidade de suas atividades em consonância com as normas regulamentadoras referente ao meio ambiente, saúde ocupacional, segurança do trabalho e sustentabilidade.

## **7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. O prazo de execução do objeto contratual é de **15 (quinze) meses**, contado a partir do recebimento da primeira ordem de serviço ou instrumento equivalente.

7.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016.

### **7.2. Condições de Execução**

7.2.1. O objeto contratual deverá ser executado em conformidade com as especificações estabelecidas nesse Termo, contados a partir do recebimento da ordem de serviços ou instrumento equivalente.

7.2.2. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, obedecerá ao seguinte:

I. A consultoria deverá mobilizar equipe multidisciplinar, equipamentos adequados e metodologias consolidadas para execução eficiente e segura das atividades. A solução fornece diagnóstico da situação hídrica subterrânea e subsidia ações de gestão hídrica e tomada de decisão.

II. As atividades de campo consistem em:

- Cadastramento de poços com medidas *in loco* com sonda multiparâmetros e medidas de níveis estático e/ou dinâmico;
- Levantamento Planialtimétrico;
- Investigação Geofísica através do método de Eletorresistividade (Sondagem Elétrica Vertical – SEV) com a finalidade de classificar as sequências sedimentares com relação às suas propriedades geolétricas;
- Caracterização qualitativa com a realização de coletas e análises físico-químicas e bacteriológicas e de inorgânicos.

III. Após as atividades de campo todos os dados serão compilados, gerados mapas e tabelas, e as entregas serão realizadas através de relatórios técnicos em formato PDF, editáveis (word, excel, shape file) e fichas originais de campo:

- Relatórios da caracterização qualitativa das águas subterrâneas;
- Relatório do balanço hídrico;
- Relatório de avaliação das reservas renováveis, potencialidade e disponibilidade;
- Mapa de uso e ocupação do solo;
- Mapas de distribuição de pontos d'água;
- Mapa potenciométrico;
- Mapa geológico;
- Relatório do diagnóstico final.

7.2.3. Para a execução do serviço será obedecido ao Cronograma conforme Anexo D deste Termo.

7.2.4. Para a execução dos serviços, o contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades conforme subitem 2.2. deste Termo.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 13.303/2016, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre contratante e contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O contratante poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante especialmente designado para este fim pelo contratante, ou pelo respectivo substituto, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.8. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.9. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.11. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.12. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.13. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho, ou outro instrumento equivalente, de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e

a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

## **9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO**

### **9.1. Recebimento do Serviço**

9.1.1. Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, no prazo de 15 (quinze) dias, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.

9.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos da lei.

9.1.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.6. Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

I. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

II. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

III. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

IV. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

V. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser comunicando ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



9.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **9.2. Liquidação**

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.2. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 29 da Lei nº 13.303/2016.

9.2.3. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.5. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 11.7 deste Termo.

9.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

## **9.3. Prazo de pagamento**

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, índice de correção monetária.

## **9.4. Forma de pagamento**

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta-corrente do contratado, preferencialmente no Banco do Brasil S/A, ou outro banco indicado pelo contratante.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **9.5. Antecipação de pagamento**

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento, nos termos do art. 81, inciso V, da Lei nº 13.303/2016.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

10.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

10.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

10.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

10.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

10.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

10.8.1. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

10.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

11.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

11.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da conclusão do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à empresa pública ou sociedade de economia mista, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, conforme art. 76 da Lei Federal nº 13.303/2016;

11.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF), ou no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, conforme art. 77 da Lei Federal nº 13.303/2016;

11.9. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

11.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato

tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

11.14. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.17. Promover, se for o caso a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.18. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

11.19. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

11.20. Ceder ao contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização.

11.20.1. Considerando que o projeto contratado se refere a serviço imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação do serviço.

11.21. Disponibilizar a(s) vaga(s) destinada(s) ao cumprimento da Lei nº 15.854/2015, alterada pela Lei nº 17.582/2022, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.042/2016.

11.21.1. Encaminhar mensalmente, respectivamente, à CISPE /SAP e à SPS, a folha de frequência dos presos e egressos e/ou jovens do sistema socioeducativo contemplado com a reserva de vagas.

11.22. Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços, sendo que, essa substituição deve ser aprovada pela Cogehr.

## **12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

12.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

12.2. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

12.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou

contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

### **Qualificação técnica**

12.3. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, consistirá em:

#### **Qualificação técnico-profissional**

12.4. Comprovação de o licitante possuir como responsável técnico na data prevista para entrega dos documentos, profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de **Certidão de Acervo Técnico, com registro de atestado**, que comprove a execução de obras ou serviços de características técnicas semelhantes às do objeto da presente licitação.

12.5. A vinculação do profissional com o licitante, poderá ser comprovada por meio de relações de trabalho, contratos de prestação de serviços, vínculo societário entre a empresa e o profissional especializado, ou mesmo declaração de contratação futura do profissional. Essa declaração deve ser acompanhada de declaração de anuência do profissional.

12.6. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita por meio do ato constitutivo e certidão do conselho profissional competente, conforme o caso.

12.7. Para fins da comprovação de que trata o subitem 12.4, as certidões deverão dizer respeito as seguintes parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto:

- Cálculo do balanço hídrico, avaliação das reservas renováveis, potencialidade e disponibilidade; e caracterização qualitativa das águas subterrâneas

#### **Qualificação técnico-operacional**

12.8. Prova de inscrição ou registro do licitante, junto ao conselho profissional competente, da localidade da sede do licitante, em plena validade;

12.9. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação por meio da apresentação de certidões, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente.

12.10. Para fins da comprovação de que trata o subitem 12.9, as certidões deverão dizer respeito as seguintes parcelas de maior relevância ou de valor significativo do objeto:

- Cálculo do balanço hídrico, avaliação das reservas renováveis, potencialidade e disponibilidade; e caracterização qualitativa das águas subterrâneas

12.11. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo, serão admitidos o somatório de diferentes atestados executados, inclusive concomitantes.

### **Habilitações fiscal, social e trabalhista**



12.12. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

I. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

VI. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12.13. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.14. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o certificado de microempreendedor – CCMEI, supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio certificado.

12.15. Os documentos enumerados no subitem 12.12, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto a comprovação de atendimento do disposto nos incisos III, IV e V do item 12.12, deverá ser feita na forma da legislação específica.

12.16. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

12.17. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

12.18. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

12.19. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado a Comissão de Contratação convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

12.20. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

#### **Habilitação econômico-financeira**

12.21. A habilitação econômica financeira será aferida mediante a apresentação da seguinte documentação:

12.21.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.

12.22. Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005. No caso do licitante em recuperação extrajudicial deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação.

### **13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

13.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos financeiros da fonte 701 recursos próprios.

### **14. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA**

ANEXO A – Ficha Cadastral de Pontos D'água

ANEXO B – Critérios de Pontuação

ANEXO C – Planilha de Preços Básicos

ANEXO D – Cronograma Físico

ANEXO E – Avaliação de Riscos

## ANEXO A – FICHA CADASTRAL DE PONTOS D'ÁGUA

IDENTIFICAÇÃO DO PONTO	
Nº do Ponto:	Proprietário:
Coordenadas (Datum SIRGAS 2000) Latitude (N): Longitude (E): Altitude (m):                      Cota:	Endereço:
	Distrito:
Município:                                      Estado:	Localidade:
Natureza do Ponto: ( ) tubular ( ) Amazonas ( ) misto ( ) fonte natural	Tipo de Imóvel: ( ) particular ( ) público
DADOS HIDROGEOLÓGICOS	
Tipo de aquífero: ( ) sedimentar ( ) fissural ( ) cárstico ( ) aluvião	Nome do aquífero:
DADOS CONSTRUTIVOS	
Executor:	Método de locação: ( ) eletroresistividade ( ) VLF ( ) radiestesia ( ) fotografia aérea ( ) nenhum
Método de perfuração: ( ) roto-pneumático ( ) rotativo ( ) percussor ( ) manual ( ) trado	Tipo de revestimento: ( ) PVC geomecânico ( ) PVC ( ) alvenaria ( ) anel de cimento ( ) ferro ( ) aço inox
Data de Início:	Diâmetro de revestimento (pol, mm ou m):
Data de Conclusão:	Altura da boca (cm):
Profundidade informada (m):	Profundidade registrada (m):
DADOS DE BOMBEAMENTO	
Vazão (m³/h): Nível estático (m): Nível dinâmico (m):	Fonte de energia: ( ) trifásica ( ) monofásica ( ) óleo diesel ( ) eólica ( ) gasolina ( ) solar

<b>Equipamento de bombeamento:</b>  <input type="checkbox"/> submersa <input type="checkbox"/> centrífuga <input type="checkbox"/> injetora <input type="checkbox"/> manual <input type="checkbox"/> compressor <input type="checkbox"/> cata-vento <input type="checkbox"/> sarilho		<b>Finalidade:</b> <input type="checkbox"/> irrigação <input type="checkbox"/> abastecimento humano <input type="checkbox"/> industrial <input type="checkbox"/> turismo e lazer <input type="checkbox"/> Aquicultura <input type="checkbox"/> lançamento de efluentes <input type="checkbox"/> piscicultura <input type="checkbox"/> dessedentação animal	
<b>Potência do equipamento (cv):</b>		<b>Uso:</b> <input type="checkbox"/> particular <input type="checkbox"/> público	
<b>Tempo de funcionamento:</b> <b>(N° dias/semana):</b> _____ <b>(h/dia):</b> _____		<b>Número de famílias atendidas:</b>  <b>Número de hectares irrigados:</b> _____	
<b>Complemento de Abastecimento:</b> <input type="checkbox"/> açude/barragem <input type="checkbox"/> rio <input type="checkbox"/> fonte natural <input type="checkbox"/> lago <input type="checkbox"/> carro pipa <input type="checkbox"/> outro poço			
<b>QUALIDADE DA ÁGUA</b>			
<b>Análise físico-química:</b> <input type="checkbox"/> sim (anexar) <input type="checkbox"/> não		<b>Análise bacteriológica:</b> <input type="checkbox"/> sim (anexar) <input type="checkbox"/> não	
<b>Dessalinizador:</b> <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> em operação <input type="checkbox"/> parado <b>Capacidade (L/h):</b> _____		<b>Lançamento do rejeito:</b> <input type="checkbox"/> solo <input type="checkbox"/> drenagem <input type="checkbox"/> tanque	
<b>Cor:</b> <input type="checkbox"/> límpida <input type="checkbox"/> turva		<b>Odor:</b> <input type="checkbox"/> com odor <input type="checkbox"/> inodora	
<b>Parâmetros físico-químicos (<i>in loco</i>):</b> <b>Condutividade elétrica (µS/cm):</b> _____ <b>pH:</b> _____ <b>Salinidade (%):</b> _____ <b>STD (mg/L):</b> _____ <b>Temperatura (°C):</b> _____			
<b>POSSÍVEIS FONTES DE POLUIÇÃO</b>			
<input type="checkbox"/> atividades agriculturáveis <input type="checkbox"/> atividades industriais <input type="checkbox"/> disposição de resíduos sólidos (lixão) <input type="checkbox"/> postos de combustíveis e lavagem <input type="checkbox"/> cemitérios <input type="checkbox"/> efluentes domésticos			
<b>Informar substância utilizada:</b>  			
<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>			
<input type="checkbox"/> em uso <input type="checkbox"/> desativado <input type="checkbox"/> abandonado <input type="checkbox"/> salinizado <input type="checkbox"/> não instalado <input type="checkbox"/> cimentado <input type="checkbox"/> entulhado <input type="checkbox"/> seco <input type="checkbox"/> contaminado		<b>Responsável pelo ponto d'água:</b>  	
<b>Licença:</b> <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		<b>Outorga:</b> <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
<b>Vigência da outorga:</b>  <b>Início...../...../.....</b> <b>Fim...../...../.....</b>		<b>Nome do outorgado:</b>  	

**Comentários/Recomendações:**

Informante:.....

Recenseurador:.....

**ANEXO B – CRITÉRIOS DA PONTUAÇÃO**

REF: PROCEDIMENTO REGIDO PELA LEI Nº 13.303/2016 – LICITAÇÃO COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO MELHOR COMBINAÇÃO DE TÉCNICA E PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO QUALIQUANTITATIVO DOS AQUÍFEROS PRESENTES NO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ ESTADO DO CEARÁ.

**1. CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA PONTUAÇÃO TÉCNICA**

1.1 Para a determinação da pontuação técnica deverão ser considerados os fatores relacionados neste anexo, declarados na proposta técnica e/ou em documentos integrantes.

1.2 A Comissão Técnica de Análise da Cogehr determinará a PONTUAÇÃO TÉCNICA (PT) de cada LICITANTE habilitada, mediante os critérios estabelecidos neste anexo, aplicando a seguinte fórmula:

**PONTUAÇÃO TÉCNICA (PT) = FATOR A + FATOR B + FATOR C + FATOR D, onde:**

**FATOR A – METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS**

**FATOR B – EXPERIÊNCIA DA EMPRESA LICITANTE**

**FATOR C – EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA**

**FATOR D – FORMAÇÃO ACADÊMICA DO COORDENADOR**

1.2.3 Será atribuída a Pontuação Técnica (PT), variando de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme os critérios definidos.

1.2.3.1 A pontuação mínima exigida (FATOR A + FATOR B + FATOR C + FATOR D) é de **60 (sessenta) pontos**.

1.3. As Propostas Técnicas conterão todos os atestados, CAT's, declarações e quaisquer outros documentos (originais ou cópias autenticadas em cartório) que serão necessários para aferição de sua nota técnica, a ser calculada conforme o especificado neste anexo.

1.4. Os documentos comprobatórios para definição da Pontuação Técnica devem ser apresentados na Proposta Técnica de forma organizada e clara, de modo que os atestados, CAT's, declarações e quaisquer outros documentos estejam identificados e correspondentes aos critérios para qual estão



sendo avaliados.

2. As Propostas Técnicas serão avaliadas por Comissão Técnica da Cogerh e deverão apresentar a Metodologia e a Organização dos Trabalhos, além da Experiência da Empresa Licitante e da Experiência da Equipe Técnica, nos termos a seguir expostos:

2.1. **FATOR A – METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS:** Máximo de 5 (cinco) páginas no formato A4.

2.1.1. Deverá ser apresentada a Metodologia e a Organização a serem adotadas na realização dos serviços, demonstrando o conhecimento do problema e a Organização dos Trabalhos.

a) **Metodologia** – Será analisada a proposta de metodologia relacionada aos produtos a serem apresentados, incluindo a descrição e as ações das etapas a serem executadas no projeto, conforme descrito no TR. Serão considerados os aspectos metodológicos correlacionados às ações propostas pela Licitante, incluindo métodos de trabalho e ferramentas utilizadas na análise dos produtos, para a obtenção dos resultados esperados na execução dos serviços objeto desta solicitação de proposta.

b) **Organização** – Serão analisadas a organização e a composição da equipe técnica proposta pela Empresa Licitante, abrangendo, mas não se limitando à atribuição de responsabilidades e o cronograma de atividades da equipe, como apresentado na Proposta Técnica. A análise inclui como a Empresa Licitante pretende se organizar para a condução das atividades e o pessoal que pretende alocar nas diferentes fases dos serviços, de acordo com a metodologia que propõe e os cronogramas físico-financeiro e de atividades.

2.1.2. Deverá ser apresentada a Relação da Equipe Técnica, com Compromisso de Participação firmado pela PROPONENTE, assegurando que os profissionais por ela indicados, com qualificação especificada neste anexo, participarão e **executarão** os serviços objeto desta licitação.

2.1.3 Pelos critérios de avaliação será considerado **INSATISFATÓRIO** aquele que não apresentar dois ou mais itens necessários a composição da METODOLOGIA e ORGANIZAÇÃO dos trabalhos. Será considerado **REGULAR** aquele que deixar de apresentar 1 item necessário a composição da Metodologia e Organização ou que apresente de forma desorganizada e sem clareza. Será considerado **ADEQUADO AO REQUERIDO** aquele que apresentar todos os itens necessários à Metodologia e Organização dos trabalhos com clareza e organização das ideias, dados e cronogramas.

2.2 **FATOR B – EXPERIÊNCIA DA EMPRESA LICITANTE**

2.2.1. A licitante deverá demonstrar experiências comprovadas por meio de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em que figure o nome da empresa licitante na condição de “CONTRATADA”, com apresentação da Certidão de Acervo Técnico (CAT), com registro de atestado devidamente certificado pelo CREA, atestando a realização dos serviços a seguir descritos:

- Experiência em estudos hidrogeológicos;
- Experiência em cadastro de poços;
- Experiência em levantamento planialtimétrico aplicado à hidrogeologia;
- Experiência em levantamento geofísico (eletroresistividade) aplicado à hidrogeologia, com foco em sondagens elétricas verticais (SEV's);
- Experiência em interpretação de análises hidroquímicas;
- Elaboração de balanço hídrico e cálculo de reservas.

2.3 **FATOR C – EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA**

2.3.1. A equipe técnica mínima para a realização dos serviços deverá ser composta, no mínimo, por **4 (quatro) profissionais** conforme a seguir descrito:

a) **Coordenador – 1(um) Geólogo com Mestrado ou Doutorado (o título de mestre/doutor é classificatório, não eliminatório)** devidamente comprovado por meio de Diploma, com experiência na área de **hidrogeologia**, regularmente inscrito na entidade profissional CREA, com experiência

comprovada por meio de atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado com apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), com registro de atestado, emitidas pelo CREA, atestando a realização dos serviços a seguir descritos:

- Experiência em estudos hidrogeológicos;
- Experiência em cadastro de poços;
- Experiência em levantamento planialtimétrico aplicado à hidrogeologia;
- Experiência em levantamento geofísico (eletrorresistividade) aplicado à hidrogeologia, com foco em sondagens elétricas verticais (SEV's);
- Experiência em interpretação de análises hidroquímicas;
- Elaboração de balanço hídrico e cálculo de reservas.

b) 1(um) **Geólogo ou Geofísico** com experiência comprovada por meio de atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado com a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), com registro de atestado, emitidas pelo CREA, atestando a realização dos serviços a seguir descritos:

- Experiência em levantamentos geofísicos (eletrorresistividade) aplicado à hidrogeologia.

c) 1(um) **Geólogo, Geógrafo ou Engenheiro Cartógrafo** com experiência comprovada por meio de atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado com a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), com registro de atestado, emitidas pelo CREA, atestando a realização dos serviços a seguir descritos:

- Experiência em levantamentos planialtimétrico.
- Experiência em georreferenciamento e geoprocessamento.

d) 1(um) **Geólogo ou Químico** com experiência comprovada por meio de atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado com apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), com registro de atestado, emitidas pelos respectivos conselhos de classe (por exemplo: CREA, CRQ e etc), atestando a realização dos serviços a seguir descritos:

- Experiência em hidroquímica
- Experiência em cadastramento de poços.

2.3.2 Não será aceita a substituição do coordenador ou da equipe de trabalho, exceto por razões imperiosas e fora do controle da empresa CONTRATADA, desde que sejam devidamente comprovadas e aceitas pela Cogehrh. Neste caso, os projetos executados ou coordenados pelo profissional e o respectivo *currículum vitae* devem ser aprovados pela Cogehrh que, também, poderá solicitar uma entrevista com o profissional indicado para o cargo.

2.3.3 A comprovação dos serviços realizados será feita através de ATESTADO E CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO, que comprove(m) a execução de serviços prestados na área, devidamente reconhecidas pelo respectivo conselho de classe profissional competente, quando houver.

2.3.4 Para efeito de qualificação técnica, a empresa CONTRATADA deverá ser analisada tecnicamente nos termos do disposto neste anexo.

2.3.5 Recomenda-se que a LICITANTE/PROPONENTE apresente o Currículo, em Plataforma Lattes, de todos os profissionais elencados na proposta técnica, conforme especificado neste anexo. Contudo, a ausência desse Currículo não será motivo de desclassificação da Proposta Técnica.

2.3.6 Durante o processo de análise da proposta para posterior parecer técnico, a COMISSÃO poderá, a seu critério, fazer diligência, exigir esclarecimentos adicionais e/ou comprobatórios sobre a documentação incluída na Proposta Técnica.

## 2.4 FATOR D – FORMAÇÃO ACADÊMICA DO COORDENADOR

2.4.1 O coordenador Geólogo poderá apresentar título de mestrado ou doutorado, devidamente comprovado na área de concentração de **Hidrogeologia**, que terá peso classificatório no somatório geral dos fatores de pontuação. A não apresentação do título não configura eliminação.

### 3 PONTUAÇÃO DOS FATORES

#### 3.1 FATOR A- METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

A	CRITÉRIO	NÃO APRESENTOU	INSATISFATÓRIO	REGULAR	ADEQUADA AO REQUERIDO
A1	METODOLOGIA	0	2	5	10
A2	ORGANIZAÇÃO	0	2	5	10
<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>					<b>20 PONTOS</b>

**3.2 FATOR B - EXPERIÊNCIA DA EMPRESA LICITANTE** (comprovada por meio de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado), em que figure o nome da empresa licitante na condição de “CONTRATADA”, devidamente certificado pelo CREA através de Certidão de Acervo Técnico (CAT) com registro de atestado.

B	EXPERIÊNCIAS	CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO
<b>B1</b>	A licitante deverá demonstrar experiência em levantamento geofísico aplicado à hidrogeologia, com foco em Sondagens Elétricas Verticais	1 atestados: 2 pontos 2 atestados: 4 pontos 3 atestados: 8 pontos	<b>NOTA MÁXIMA 08</b>
<b>B2</b>	A licitante deverá demonstrar experiência em estudos hidrogeológicos qualiquantitativos	1 atestados: 2 pontos 2 atestados: 4 pontos 3 atestados: 8 pontos	<b>NOTA MÁXIMA 08</b>
<b>B3</b>	A licitante deverá demonstrar experiência em cadastramento de poços	1 atestados: 2 pontos 2 atestados: 4 pontos 3 atestados: 8 pontos	<b>NOTA MÁXIMA 08</b>
<b>B4</b>	A licitante deverá demonstrar experiência em levantamento planialtimétrico aplicado à hidrogeologia	1 atestados: 2 pontos 2 atestados: 4 pontos 3 atestados: 8 pontos	<b>NOTA MÁXIMA 08</b>
<b>B5</b>	A licitante deverá demonstrar experiência em elaboração de balanço hídrico e cálculo de reservas	1 atestados: 2 pontos 2 atestados: 4 pontos 3 atestados: 8 pontos	<b>NOTA MÁXIMA 08</b>
<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>			<b>40</b>

#### 3.3 FATOR C - EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA DA LICITANTE:

**Coordenador - Geólogo** regularmente inscrito no CREA, com experiência comprovada por meio de atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado com a apresentação de **Certidão de Acervo Técnico (CAT)**, com registro de atestado, emitidas pelo CREA. A Equipe Técnica deve, ainda, ser formada no mínimo pelos seguintes profissionais:

a) **Técnico 1: Geólogo ou Geofísico.**

b) **Técnico 2: Geólogo, Geógrafo ou Engenheiro Cartógrafo.**

c) **Técnico 3: Geólogo ou Químico**

A Equipe Técnica deve comprovar sua graduação e inscrição no órgão de classe e a experiência nos serviços descritos no quadro abaixo por meio de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, com apresentação de **CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO** com registro de atestado, nos termos a seguir descritos:

C	EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA	CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO
<b>C1</b>	<b>Coordenador – Geólogo</b> com experiência em	1 atestado: 1 ponto	<b>NOTA MÁXIMA 05</b>

	Estudos hidrogeológicos	3 atestados: 3 pontos 5 atestados: 5 pontos	
<b>C2</b>	<b>Coordenador – Geólogo</b> com experiência em levantamento geofísico (eletroresistividade) aplicado à hidrogeologia, com foco em Sondagens Elétricas Verticais	1 atestado: 1 ponto 3 atestados: 3 pontos 5 atestados: 5 pontos	<b>NOTA MÁXIMA 05</b>
<b>C3</b>	<b>Coordenador – Geólogo</b> com experiência em cadastramento de poços	1 atestado: 1 ponto 3 atestados: 3 pontos 5 atestados: 5 pontos	<b>NOTA MÁXIMA 05</b>
<b>C4</b>	<b>Coordenador – Geólogo</b> com experiência em elaboração de balanço hídrico e cálculo de reservas	1 atestado: 1 ponto 3 atestados: 3 pontos 5 atestados: 5 pontos	<b>NOTA MÁXIMA 05</b>
<b>C5</b>	<b>Técnico 1 – Geólogo ou Geofísico</b> com experiência em levantamentos geofísicos (eletroresistividade) aplicados à hidrogeologia	1 atestado: 1 ponto 3 atestados: 3 pontos	<b>NOTA MÁXIMA 03</b>
<b>C6</b>	<b>Técnico 2 – Geólogo, Geógrafo ou Engenheiro Cartógrafo</b> com experiência em levantamentos planialtimétrico	1 atestado: 1 ponto 3 atestados: 3 pontos	<b>NOTA MÁXIMA 03</b>
<b>C7</b>	<b>Técnico 2 – Geólogo, Geógrafo ou Engenheiro Cartógrafo</b> com experiência em georreferenciamento e geoprocessamento	1 atestado: 1 ponto 3 atestados: 3 pontos	<b>NOTA MÁXIMA 03</b>
<b>C8</b>	<b>Técnico 3 – Geólogo ou Químico</b> com experiência em hidroquímica	1 atestado: 1 ponto 3 atestados: 3 pontos	<b>NOTA MÁXIMA 03</b>
<b>C9</b>	<b>Técnico 3 – Geólogo ou Químico</b> com experiência em cadastramento de poços	1 atestado: 1 ponto 3 atestados: 3 pontos	<b>NOTA MÁXIMA 03</b>
	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>		<b>35</b>

### 3.4 FATOR D – DA FORMAÇÃO ACADÊMICA DO COORDENADOR:

3.4.1 Deverão ser entregues cópias dos documentos comprobatórios da formação acadêmica do Coordenador. Conforme disposto na Lei Federal n.º 13.726/2018 não é exigida a apresentação de cópias autenticadas em cartório, portanto, as licitantes têm a opção de apresentar cópias simples acompanhadas dos documentos originais para serem autenticadas por um funcionário da administração que esteja presente na sessão de licitação. Os cursos aqui tratados devem atender aos requisitos estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC).

3.4.2 Para efeito de pontuação da formação acadêmica será considerado o maior grau de titulação apresentado.

<b>D</b>	<b>FORMAÇÃO ACADÊMICA DO COORDENADOR</b>	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>
D1	Geólogo (comprovado) com Mestrado ou Doutorado (devidamente comprovado) em Hidrogeologia. Mestrado: 2 pontos Doutorado: 5 pontos	05
	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>	<b>05</b>
	<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL (A+B+C +D) = 100 PONTOS</b>	

#### 4 DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS TÉCNICAS

4.1. Serão desclassificadas as propostas técnicas que:

- a) Apresentem qualquer referência a preços ou valores relativos à Proposta de Preços;
- b) Estejam incompletas em virtude de omissão ou insuficiência de informação, bem como aquelas que contenham limitação ou condição contrastante com as disposições do edital.
- c) Apresentem **PONTUAÇÃO TÉCNICA** inferior a **60 (sessenta) pontos**.
- d) Não pontuem em qualquer uma das alíneas dos fatores A, B e C;
- e) Não apresentem **equipe mínima de 4 (quatro) profissionais**;
- f) Não apresentem a Relação da Equipe Técnica com o compromisso de participação.

#### 5 AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

5.1 Será atribuído a cada proposta um **ÍNDICE TÉCNICO (IT)** calculado em função da Maior Pontuação Técnica obtida pelos licitantes, nos termos a seguir:

$$\frac{PTP}{MPT}$$

Onde:

IT = ÍNDICE TÉCNICO

PTP = PONTUAÇÃO TÉCNICA da PROPOSTA em análise.

MPT = MAIOR PONTUAÇÃO TÉCNICA entre todas as Propostas em análise.

5.2 Os índices assim obtidos devem ser arredondados até a segunda casa decimal de acordo com os critérios da NBR 5891 - ABNT.

#### 6 AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1 A avaliação das Propostas de Preços das licitantes será representada pelo **ÍNDICE DE PREÇO (IP)** correspondente, apurado por meio da fórmula abaixo:

$$IP = \frac{MPG}{PGP}$$

onde:

IP = ÍNDICE DE PREÇO

MPG = MENOR PREÇO GLOBAL ofertado entre os licitantes

PGP = PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA em avaliação

#### 7 AVALIAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS

7.1. A AVALIAÇÃO FINAL (AF) de cada LICITANTE será calculada mediante a seguinte fórmula:

$$AF = (7 \times IT) + (3 \times IP)$$

onde:

AF = AVALIAÇÃO FINAL

IT = ÍNDICE TÉCNICO

IP = ÍNDICE DE PREÇO

7.2 AVALIAÇÃO FINAL (AF) será usada como critério de classificação final.

7.3 Será julgada vencedora a LICITANTE que obtiver a MAIOR AVALIAÇÃO FINAL (AF), ficando as demais classificadas em ordem decrescente de AF.

7.4 Em caso de empate entre 2 (duas) propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate, dispostos no art. 55 da Lei 13.303/2016, para o qual todas as licitantes serão convocadas:

I - Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato



contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;

III. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;
- b) Empresas brasileiras;
- c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

IV. Sorteio pelo sistema Compras.gov.br.

## 8 CONSIDERAÇÕES SOBRE O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 O julgamento do certame se dará pelo critério combinação de técnica e preço considerando-se as notas obtidas nas propostas de preço e de técnica, calculadas por pontuação atribuída para cada Fator de Avaliação, que consistirá num conjunto de requisitos de qualificação a serem pontuados conforme documentos apresentados pelos licitantes, em atendimento às regras do processo licitatório. As propostas serão classificadas de acordo com a Avaliação Final, nos termos da fórmula descrita anteriormente.

### ANEXO C – PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO/PRODUTO	UNID.	QUANT.	CUSTOS (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
<b>1</b>	<b>Cadastramento de poços</b>	unid.	700		
<b>2</b>	<b>Levantamento planialtimétrico</b>	unid.	100		
<b>3</b>	<b>1ª campanha de coleta de água e análises laboratoriais</b>				
3.1	Medidas <i>in loco</i> de potencial hidrogeniônico (pH), condutividade elétrica (CE), temperatura (°C) e sólidos totais dissolvidos (STD) e medidas de níveis estáticos (NE) ou dinâmicos (ND)	unid.	100		
3.2	Análises físicas e químicas	unid.	50		
3.3	Análises bacteriológicas (Coliformes totais e <i>Escherichia coli</i> )	unid.	50		
3.4	Relatório da 1ª campanha de coleta de água e análises físico-químicas e bacteriológicas	unid.	1		
<b>4</b>	<b>Levantamento geofísico (eletroresistividade)</b>	unid.	25		
<b>5</b>	<b>2ª campanha de coleta de água e análises laboratoriais</b>				
5.1	Medidas <i>in loco</i> de potencial hidrogeniônico (pH), condutividade elétrica (CE), temperatura (°C) e sólidos totais dissolvidos (STD) e medidas de níveis estáticos (NE) ou dinâmicos (ND)	unid.	100		
5.2	Análises físicas e químicas	unid.	50		
5.3	Análises bacteriológicas (Coliformes totais e <i>Escherichia coli</i> )	unid.	50		
5.4	Relatório da 2ª campanha de coleta de água e análises físico-químicas e bacteriológicas	unid.	1		

<b>6</b>	<b>Relatório parcial do balanço hídrico e avaliação das reservas renováveis, potencialidade e disponibilidade</b>	unid.	1		
<b>7</b>	<b>3ª campanha de coleta de água e análises laboratoriais</b>				
7.1	Medidas <i>in loco</i> de potencial hidrogeniônico (pH), condutividade elétrica (CE), temperatura (°C) e sólidos totais dissolvidos (STD) e medidas de níveis estáticos (NE) ou dinâmicos (ND)	unid.	100		
7.2	Análises físicas e químicas	unid.	50		
7.3	Análises bacteriológicas (Coliformes totais e <i>Escherichia coli</i> )	unid.	50		
7.4	Relatório da 3ª campanha de coleta de água e análises físico-químicas e bacteriológicas	unid.	1		
<b>8</b>	<b>Relatório final da caracterização qualitativa das águas subterrâneas</b>	unid.	1		
<b>9</b>	<b>Relatório final do balanço hídrico, avaliação das reservas renováveis, potencialidade e disponibilidade</b>	unid.	1		
<b>10</b>	<b>Relatório do diagnóstico final</b>	unid.	1		
<b>TOTAL</b>					

### ANEXO D – CRONOGRAMA FÍSICO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	1 mês	2 mês	3 mês	4 mês	5 mês	6 mês	7 mês	8 mês	9 mês	10 mês	11 mês	12 mês	13 mês	14 mês	15 mês	Desembolso Percentual
1	Cadastramento de poços		40%														40%
2	Levantamento planialtimétrico				5%												45%
3	1ª campanha de coleta de água e análises laboratoriais					12%											65%
4	Levantamento geofísico (eletrorresistividade)							8%									53%
5	2ª campanha de coleta de água e análises laboratoriais									12%							77%
6	Relatório parcial do balanço hídrico e avaliação das reservas renováveis, potencialidade e disponibilidade											2%					79%
7	3ª campanha de coleta de água e análises laboratoriais													12%			91%
8	Relatório final da caracterização qualitativa das águas subterrâneas													2%			93%
9	Relatório final do balanço hídrico, avaliação das reservas renováveis, potencialidade e disponibilidade														3%		96%
10	Relatório do diagnóstico final															4%	100%

## ANEXO E – AVALIAÇÃO DE RISCOS

COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

MATRIZ DE RISCOS DE CONTRATOS

PROJETO: Estudo Qualiquantitativo dos aquíferos presentes no município de Icapuí, Ceará

ITEM	RISCO	CONSEQUÊNCIA							GRAU DE AVALIAÇÃO DO RISCO			PLANO DE MITIGAÇÃO (CONTROLES)	RESPONSÁVEL	
		GERM. SERVIÇO			COMPANHIA				IMPACTO	PROBABILIDADE	OPÇÃO DE AVALIAÇÃO DO RISCO		CONTRATANTE	CONTRATADA
CLORO	PRADO	ESODIO	QUALIDADE	EMERGÊNCIA	FLUÍDO	DEFINIÇÃO	DOBRAR	FLUÍDO				DA INGESTÃO		
1	Atraso na realização do cadastro de pontos de água	X	X					X	MÉDIO	BAIXO	BAIXO	Realizar acompanhamento fiscalização e dar verba para a correção do objeto	X	
2	Execução do projeto de levantamento planialtimétrico e das campanhas de amostragem de nível de água	X	X	X	X	X		X	ALTO	BAIXO	MÉDIO	Acompanhar a execução do projeto e solicitar possíveis correções em casos pontuais	X	
3	Execução do projeto de SPS	X	X	X	X	X		X	ALTO	BAIXO	MÉDIO	Acompanhar a execução do projeto e solicitar possíveis correções em casos pontuais	X	
4	Atraso na entrega dos produtos finais	X	X					X	MÉDIO	BAIXO	BAIXO	Acompanhar a entrega dos produtos finais e solicitar possíveis correções		X
5	Execução do projeto de obras de água	X	X	X	X	X		X	ALTO	BAIXO	MÉDIO	Acompanhar os resultados laboratoriais para identificação de anomalias e solicitar medidas, além de definir novos prazos	X	
6	Atraso na entrega do relatório de caracterização qualitativa		X			X		X	MÉDIO	BAIXO	BAIXO	Acompanhar a entrega do relatório e solicitar possíveis correções		X
7	Atraso na entrega do balanço hídrico final		X					X	MÉDIO	BAIXO	BAIXO	Acompanhar a entrega do balanço hídrico final e solicitar possíveis correções		X
8	Execução do projeto de atualização do relatório de diagnóstico final	X	X	X	X	X		X	ALTO	MÉDIO	MÉDIO	Acompanhar a execução do projeto e solicitar possíveis correções, além de definir novos prazos de entrega	X	X
9	Desequilíbrio financeiro do contrato	X	X		X	X			BAIXO	BAIXO	BAIXO	Gerenciar e promover o equilíbrio do contrato	X	X

MAPA DE EXPOSIÇÃO DOS RISCOS DE CONTRATOS



### ESCALA DE IMPACTO | QUALITATIVO

#	NÍVEL	DESCRIÇÃO
1	BAIXO	Impacto insignificante nos objetivos
2	MÉDIO	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação
3	ALTO	Impacto significativo nos objetivos, com remota possibilidade de recuperação
4	EXTREMO	Impacto relevante nos objetivos, sem possibilidade de recuperação

### ESCALA DE PROBABILIDADE

#	NÍVEL	DESCRIÇÃO
1	BAIXO	Existe uma baixa possibilidade de ocorrência
2	MÉDIO	Existe uma média possibilidade de ocorrência
3	ALTO	Existe uma alta possibilidade de ocorrência
4	EXTREMO	Existe uma extrema possibilidade de ocorrência

Obs: Cada Gestor deverá ponderar a classificação do nível de probabilidade, considerando o histórico de ocorrência do evento.

### ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato nº \_\_\_\_ / 20\_\_ –

Processo nº 29012.002536/2026-50

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM (O)A \_\_\_\_\_ E (O) A \_\_\_\_\_, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O(A) \_\_\_\_\_, situada(o) na \_\_\_\_\_, inscrita(o) no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo \_\_\_\_\_, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na \_\_\_\_\_, e a \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Fone: \_\_\_\_\_, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pelo \_\_\_\_\_, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na \_\_\_\_\_, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Edital Eletrônico nº 20260005-COGERH, e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Edital Eletrônico nº 20260005-COGERH, o Termo de Referência, a proposta do contratado e eventuais anexos dos respectivos documentos os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O objeto do presente instrumento é a prestação dos serviços de consultoria técnica para elaboração de estudo qualiquantitativo dos aquíferos presentes no município de Icapuí, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir de sua celebração, observando o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016.

4.2. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos arts. 72 e 81 da Lei Federal nº 13.303/2016 e conforme dispuser o Regulamento Interno de Licitações e Contratos do CONTRATANTE.

4.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O regime de execução indireta se dará por empreitada por preço global.

5.2. Os prazos e condições de conclusão, entrega, recebimento do objeto, obrigações e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.



5.3. Os riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE e CONTRATADO se encontram descritos no subitem 2.3, Da Matriz de Risco, do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da devida justificativa exposta nos autos do processo, conforme Acórdão 2450/2025-TCU-Plenário.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO**

7.1. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO RECEBIMENTO**

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, bem como, as condições de recebimento, encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

#### **CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE**

9.1. O reajuste será aplicado após o transcurso de 1(um) ano, contado a partir da data da apresentação da proposta, conforme o artigo nº 84, item 1, alínea “a” do Regulamento de Licitações e Contratos da COGERH – 2022.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.2.1. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

9.2.1.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão lógica do direito.

9.2.1.2. Também ocorrerá a preclusão lógica do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por termo aditivo ou simples apostila unilateral e de competência do gestor do contrato, conforme artigo nº 85, item 3, alínea “a” do Regulamento de Licitações e Contratos da COGERH – 2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO**

10.1. As obrigações referentes ao CONTRATANTE e CONTRATADO encontram-se definidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Contrato, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em

razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

11.7. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.7.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.7.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.7.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.8. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- I. Data e hora do incidente;
- II. Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- III. Descrição dos dados pessoais afetados;
- IV. Número de titulares afetados;
- V. Relação dos titulares envolvidos;
- VI. Riscos relacionados ao incidente;
- VII. Indicação das medidas técnicas e de segurança, utilizadas para a proteção dos dados;
- VIII. Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- IX. Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- X. O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.8.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- I. Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- II. Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- III. Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades

competentes.

11.9. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.10. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos bens e/ou serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.11. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.12. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

11.12.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

11.14. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1. A garantia contratual obedecerá aos termos e prazos estabelecidos no subitem 6.2 do Termo de Referência. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa..

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma a seguir:

a. Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

b. Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

c. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

d. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

13.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.

13.3. As sanções previstas nos incisos I e III do subitem 13.1 poderão ser aplicadas juntamente a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

13.4. As sanções previstas no inciso III do subitem 13.1 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes *ou da garantia contratual*, o CONTRATADO recolherá a multa por meio de depósito bancário podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. Este contrato poderá ser extinto nas hipóteses de inadimplemento contratual, acordo entre as partes, ou conforme dispuser regulamento interno do CONTRATANTE.

14.2. Este contrato poderá ser extinto a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes de razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do CONTRATANTE, sem que caiba ao CONTRATADO, direito à indenização de qualquer espécie.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

15.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios, fonte 701.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 13.303/2016 e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8,078/1990 – Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento conforme disposto no § 2º do art. 51 da Lei nº 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos do CONTRATANTE, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei Federal nº 12.527/2011, regulamentada no Estado do Ceará pela Lei nº 15.175/2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

18.1. O modelo de gestão contratual consta no Termo de Referência, anexo a este contrato.

18.2. A execução contratual será acompanhada pelo(a) Gestor(a) do Contrato \_\_\_\_\_ (*nome completo*), CPF \_\_\_\_\_, representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).



## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

19.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação. E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo. Como alternativa à assinatura física do Contrato, as Partes declaram e concordam que a assinatura mencionada poderá ser efetuada em formato eletrônico. As Partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Contrato e seus termos, incluindo seus Anexos, nos termos do art. 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinado pelas Partes por meio de certificados eletrônicos, com autenticidade reconhecida pelo certificado digital ICP-Brasil, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 ("MP nº 2.200-2").

Local e data

(nome do representante)  
CONTRATANTE

(nome do representante)  
CONTRATADO

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)  
RG:  
CPF:

(nome da testemunha 2)  
RG:  
CPF:

Visto:

(nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)